



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A

Demonstrações financeiras intermediárias Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022





Relatório da Administração	03
Ativo	11
Passivo	12
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	16
Notas explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias	17





Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Capemisa Capitalização relativas ao primeiro semestre do exercício de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

A Capemisa Capitalização é uma Sociedade Anônima fechada, com 12 anos dedicados ao mercado de Capitalização.

No primeiro semestre de 2023 a empresa manteve a estratégia de criar soluções de negócios sob medida para os seus parceiros e que gerassem valor para a Sociedade em geral. Tivemos como destaque a expansão da modalidade de Incentivo.

A Sociedade apresentou lucro líquido no semestre de R\$ 6,41 milhões e retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) acumulado de 9,55%.

2. Desempenho das Operações de Capitalização

A implantação do marco regulatório estabeleceu novas modalidades de títulos de capitalização: Filantropia Premiável, modalidade cuja característica principal é o direcionamento de parte da arrecadação para projetos de relevância social ligada a Entidades Benéficas e Instrumento de Garantia, modalidade utilizada para garantir obrigação financeira previamente assumida pelo subscritor, as quais se juntaram às já instituídas: Tradicional, Popular, Incentivo e Compra Programada. Para se adequar à nova regulamentação, a Capemisa Capitalização realizou investimentos em capital humano, tecnológico e na mudança de processos.

A Sociedade iniciou a oferta de novos produtos aos seus clientes em concordância com as





circulares normativas SUSEP nº 656/2022 e suas alterações, que descrevem as regras de elaboração, operação e comercialização dos títulos de capitalização.

Arrecadação

Apesar do primeiro semestre de 2023 ter sido de retração para o mercado de Filantropia premiável que reduziu cerca de 1% frente ao mesmo período do ano anterior, a Sociedade continua como um dos principais *players* da modalidade.

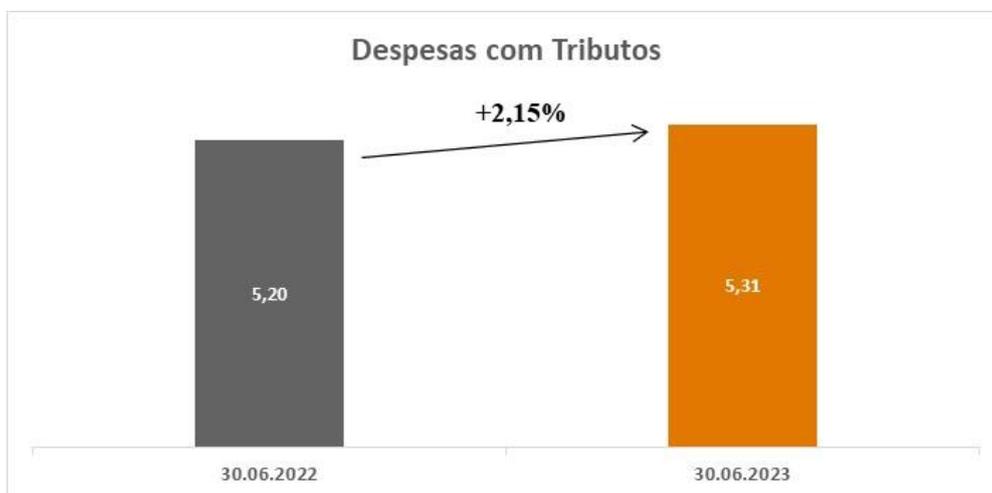
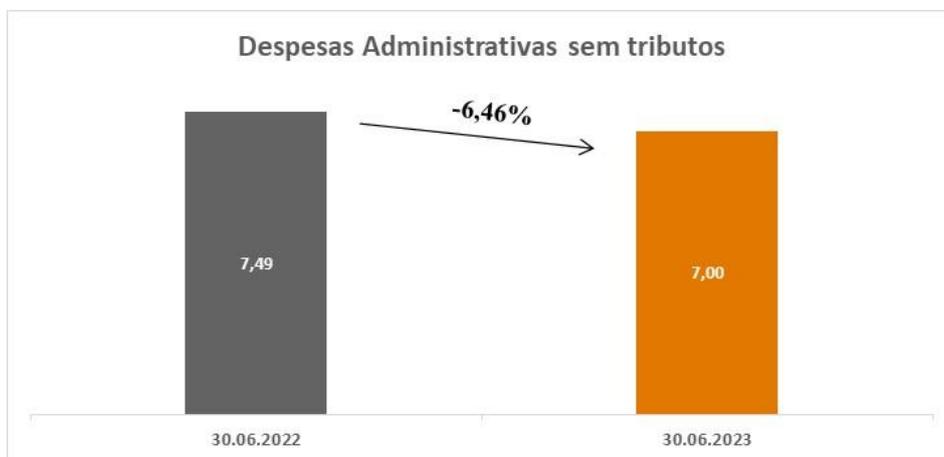
Devido a isso, a receita da Capemisa Capitalização apresentou uma leve redução de 1,92%, frente ao mesmo período do ano anterior.

O aumento da modalidade de Incentivo foi o grande destaque, que possibilitou a manutenção dos níveis de receita semelhante ao primeiro semestre de 2022.



Despesas Administrativas

No primeiro semestre de 2023, o total das despesas administrativas reduziu 2,93%, sendo justificada pela menor despesa administrativa sem tributos em 6,46%.



Resultado Financeiro

Em função da característica do seu negócio, a alocação de recursos da Sociedade é predominantemente de curto prazo e atrelada à SELIC, que faz com que as movimentações nas taxas de juros afetem decisivamente a rentabilidade da carteira de investimentos da Sociedade.

O resultado financeiro de 2023 foi impactado positivamente pela taxa SELIC, realizada em 6,44% frente 5,36% no mesmo período de 2022. Com isso, o resultado financeiro foi de R\$ 7,11 milhões, frente R\$ 5,88 milhões do período anterior, uma evolução de 20,87%.



Lucro Líquido

No primeiro semestre de 2023 ocorreu uma leve redução na arrecadação devido a diminuição dos negócios na modalidade Filantropia premiável, porém, compensada com a evolução na modalidade incentivo que permitiu uma arrecadação semelhante ao mesmo período do ano anterior.

As despesas administrativas mantiveram-se em níveis controladas, onde destacamos a evolução positiva do resultado financeiro em 20,87%.

Com isso, no primeiro semestre de 2023 a Capemisa Capitalização apresentou crescimento em Lucro Líquido de 0,74% em relação ao mesmo período de 2022. Em 2023, a Sociedade rentabilizou de forma acumulada o Patrimônio dos acionistas em 9,55%, enquanto no ano anterior rentabilizou em 11,22%, justificada principalmente pelo aumento do patrimônio líquido no período.



3. Desafios e Gestão

O principal desafio da Sociedade para o segmento de capitalização é ampliar a participação de mercado atingindo novos segmentos e canais de distribuição, notadamente nas modalidades de Filantropia Premiável e Incentivo.

Neste cenário, a Capemisa vem investindo seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos para gerar valor para seus clientes.

4. Governança Corporativa

O Grupo Capemisa vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante para o Grupo.

5. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo seus riscos administrados e mitigados, de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Sociedade para cobertura de suas responsabilidades. A Capemisa Capitalização se mantém como Empresa



sólida e capaz de honrar seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021, e suas alterações, declaramos que os títulos classificados na categoria “até o vencimento” serão mantidos.

6. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A Administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Sociedade.

7. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê, de acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo aos acionistas de 25% do lucro líquido apurado. Em 2023, foram disponibilizados aos acionistas o montante bruto de R\$ 2,31 milhões de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 347 mil de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R\$ 1,97 milhão.





CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A

(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	30.06.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		153.552	179.500
Disponível		1.897	1.176
Caixa e bancos		1.897	1.176
Aplicações	4	120.784	131.989
Créditos das operações de capitalização	5	28.194	40.040
Créditos das operações de capitalização		28.194	40.040
Outros créditos operacionais	6	2.350	6.083
Títulos e créditos a receber	7	220	86
Títulos e créditos a receber	7.2	25	-
Créditos tributários e previdenciários	7.1	64	61
Outros créditos	7.2	131	25
Despesas antecipadas		107	126
ATIVO NÃO CIRCULANTE		24.192	14.819
Realizável a longo prazo		23.135	13.581
Aplicações	4	18.899	11.094
Outros créditos operacionais	6	239	253
Títulos e créditos a receber	7	3.997	2.234
Créditos tributários e previdenciários	7.1	3.953	2.229
Depósitos judiciais e fiscais	7.2	44	5
Imobilizado	8	17	11
Bens móveis		17	11
Intangível	9	1.040	1.227
Outros intangíveis		1.040	1.227
TOTAL DO ATIVO		177.744	194.319

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A

(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	30.06.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		107.586	128.349
Contas a pagar		9.090	13.611
Obrigações a pagar	10	2.738	7.920
Impostos e encargos sociais a recolher	11	3.048	3.575
Encargos trabalhistas	11	573	386
Impostos e contribuições	12	2.731	1.730
Débitos de operações com capitalização	13	6.781	4.027
Agentes e correspondentes		-	2
Débitos operacionais		6.781	4.025
Depósitos de terceiros	14	200	70
Provisões técnicas - capitalização	15	91.515	110.641
Provisão para resgates		75.094	89.840
Provisão para sorteio		11.321	17.456
Provisão administrativa		2.021	1.941
Provisão para complementação de sorteios		3.079	1.404
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		958	877
Outros débitos	16	958	877
Provisões judiciais		958	877
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	69.200	65.093
Capital social	17.1	36.759	36.759
Reservas de lucros	17.2	28.349	28.349
Ajuste de avaliação patrimonial		(8)	(15)
Lucros acumulados		4.100	-
TOTAL DO PASSIVO		177.744	194.319

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A

(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	30.06.2023	30.06.2022
Receita líquida com títulos de capitalização		278.514	283.927
Arrecadação com títulos de capitalização		501.395	511.195
Variação da provisão para resgate		(222.881)	(227.268)
Variação das provisões técnicas		(1.755)	(2.151)
Resultado com sorteio		(167.357)	(173.618)
Custos de aquisição	20.a	(91.473)	(90.138)
Outras receitas e despesas operacionais	20.b	(3.805)	(540)
Outras receitas operacionais		551	92
Outras despesas operacionais		(4.356)	(632)
Despesas administrativas		(7.004)	(7.488)
Pessoal próprio	20.c	(4.716)	(5.516)
Serviços de terceiros	20.d	(1.566)	(1.118)
Localização e funcionamento	20.e	(485)	(506)
Publicidade e propaganda		(1)	(6)
Publicações		(67)	(70)
Donativos e contribuições		(155)	(200)
Despesas administrativas diversas		(14)	(72)
Despesas com tributos	20.f	(5.314)	(5.202)
Resultado financeiro	20.g	7.106	5.878
Receitas financeiras		8.862	7.242
Despesas financeiras		(1.756)	(1.364)
Resultado operacional		8.912	10.668
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	20.h	(1)	-
Resultado antes dos impostos e participações		8.911	10.668
Imposto de renda	21	(1.313)	(2.691)
Contribuição social	21	(962)	(1.332)
Participações sobre o lucro		(223)	(279)
Resultado líquido do período		6.413	6.366
(/) Quantidade de ações		27.610.000	27.610.000
Resultado líquido do período por ação (em reais)		0,23	0,23

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Resultado líquido do período		6.413	6.366
Outros resultados abrangentes (ORA)			
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	4.1	13	(32)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		(6)	2
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		<u>7</u>	<u>(30)</u>
Resultado abrangente total		<u><u>6.420</u></u>	<u><u>6.336</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias.





CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE TVM	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTARIA			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		36.759	1.346	16.420	(120)	-	54.405
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	(30)	-	(30)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	6.366	6.366
Proposta p/ distribuição do resultado							
Juros sobre o capital próprio	17.3	-	-	-	-	(1.708)	(1.708)
Saldos em 30 de junho de 2022		36.759	1.346	16.420	(150)	4.658	59.033
Saldos em 31 de dezembro de 2022		36.759	2.074	26.275	(15)	-	65.093
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	7	-	7
Resultado líquido do período		-	-	-	-	6.413	6.413
Juros sobre o capital próprio	17.3	-	-	-	-	(2.313)	(2.313)
Saldos em 30 de junho de 2023		36.759	2.074	26.275	(8)	4.100	69.200

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias.





CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Atividades operacionais		
Resultado líquido do período	6.413	6.366
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	190	189
Constituição (Redução) da redução ao valor recuperável dos ativos	3.423	(223)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	3.407	(3.549)
Créditos das operações de capitalização	8.423	21
Créditos fiscais e previdenciários	(3)	30
Ativo fiscal diferido	(1.724)	(166)
Depósitos judiciais e fiscais	(39)	(11)
Despesas antecipadas	19	(97)
Outros ativos	3.616	(152)
Impostos e contribuições	3.965	4.008
Contas a pagar	(1.685)	(1.026)
Débitos de operações com capitalização	(2)	1
Depósitos de terceiros	130	30
Provisões técnicas - capitalização	(19.126)	(5.387)
Provisões judiciais	81	83
Outros passivos	2.756	314
Caixa gerado pelas operações	9.844	431
Imposto sobre o lucro pagos	(2.964)	(4.175)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	6.880	(3.744)
Atividades de investimento		
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(9)	(10)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(9)	(10)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(6.150)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(6.150)	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	721	(3.754)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.176	4.260
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.897	506

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A (CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Capemisa Capitalização S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima Fechada, autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar planos de capitalização em todo o território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades.

A Sociedade é controlada direta da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, que detém 99,5653749% das suas ações ordinárias. Abaixo demonstramos a composição acionária na posição de 30 de junho de 2023.



A Sociedade está atuando nas modalidades Incentivo e Filantropia Premiável. Entende-se

por Modalidade Incentivo o Título de Capitalização que está vinculado a um evento promocional instituído pelo subscritor. O subscritor neste caso é a empresa promotora do evento que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto ou serviço utilizado no evento promocional. E ainda, entende-se por Modalidade Filantropia Premiável aquela em que o consumidor tem a prerrogativa em doar o resgate para uma entidade filantrópica já no ato da compra e permanece com o direito de participar dos sorteios.

1.1. Segmentação

A Resolução CNSP nº 388/2020, tem por objetivo estabelecer a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. A referida resolução classifica as supervisionadas em uma de quatro categorias: Segmento 1 (S1); Segmento 2 (S2); Segmento 3 (S3); ou Segmento 4 (S4). A classificação tem como base critérios os prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco.

Em junho de 2023, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) divulgou o enquadramento atualizado com a data-base Dezembro/2022 para fins de segmentação, e a Sociedade se manteve enquadrada no Segmento 3 (S3).

A Administração da Sociedade optou pela dispensa da apresentação do Parecer do Comitê de Auditoria nas suas Demonstrações financeiras intermediárias.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

As Demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, recepcionados



pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021, e suas alterações. Na elaboração das Demonstrações financeiras intermediárias foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 21 (R1) – Apresentação das Demonstração Intermediária.

As Demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação referenciado na Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações.

A Administração da Sociedade declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos financeiros disponíveis para venda; e
- Provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.4. Conclusão das Demonstrações financeiras intermediárias

A emissão das Demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 29 de agosto de 2023.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas:

- (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras intermediárias;
- (ii) As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil.

As seguintes rubricas e fatores levam em consideração os comentários anteriores:

- Estimativa do valor justo (nota 2.6)
- Gestão de riscos (nota 2.7)
- Instrumentos financeiros (nota 3.1)
- Redução ao valor recuperável (3.2)
- Provisões técnicas (nota 3.6 e nota 15)
- Provisões judiciais e outros débitos (provisões cíveis) (nota 3.9 e 16).
- Aplicações (nota 4)

2.6. Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de capitalização e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registrados pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação:

- **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados atuantes para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis).

2.7. Gestão de riscos

A Sociedade possui uma estrutura de Gestão de Riscos com reporte direto à Diretoria de Governança Corporativa, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade, observando os termos da legislação vigente (Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021). A estrutura é liderada pela Gerência de Riscos e Conformidade e o processo de gerenciamento de riscos é composto pelas três linhas, que contempla a atuação integrada entre as unidades operacionais, as áreas que exercem função de controle, a Gerência de Riscos e Conformidade e Auditoria Interna, e que a partir de seus trabalhos regulares revisam a gestão dos riscos da Sociedade.

Este processo permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no Manual da Organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha.

A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, com o aprimoramento contínuo da gestão baseada em riscos e uma visão integrada ao seu sistema de controles internos, para o monitoramento das suas operações de negócios e atendimento aos compromissos com seus acionistas, clientes, órgão regulador e fiscalizador e demais partes com as quais se relaciona.

A Gestão de Riscos da Sociedade utiliza a arquitetura elaborada pelo COSO e pela ISO 31.000, e os componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração, tratamento dos riscos e monitoramento, permeando os principais processos, sendo estes



mensurados de forma qualitativa e/ou quantitativa. O ciclo de gestão de riscos é composto pelas seguintes etapas:

- I. Identificação e avaliação de riscos;
- II. Geração da matriz de riscos originais;
- III. Avaliação dos controles;
- IV. Geração da matriz de riscos residuais;
- V. Tratamento dos riscos;
- VI. Reporte e Monitoramento.

Visando manter o princípio da transparência na Gestão de Riscos, a Sociedade utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los.

O Apetite por Risco é expresso por meio de parâmetros quantitativos e indicadores qualitativos que medem a exposição ou perfil de risco por categoria, sendo divulgado para toda Sociedade, a fim de que cada operação seja realizada de acordo com os limites estabelecidos e aceitos, sendo monitorado mensalmente, permitindo assim a adoção tempestiva das medidas cabíveis em caso de discrepância do valor mensurado.

As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Sociedade são os Riscos Financeiros, classificados como: Risco de Mercado, Risco de Crédito e Risco de Liquidez, e ainda, os Riscos de Subscrição e Operacional.

Processo de gestão dos riscos financeiros

A Gestão de Risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimentos considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de Gestão de Investimentos, Liquidez e ALM, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Sociedade.



A Sociedade possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das políticas, em especial a Política de Investimentos e ALM - Gestão de Ativos e Passivos.

Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada às oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de preço.

A identificação e o controle dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, utilizando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP.

Visto o perfil de negócio da Sociedade, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. No entanto, a Sociedade possui políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado.

Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Pós Fixados (SELIC/CDI)	89,88%	72,10%
Pré Fixados	10,12%	27,90%

Derivativos

A Sociedade não apresentou posicionamento direto em derivativos no primeiro semestre de 2023. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram na função de Hedge de carteira. A Sociedade realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.993 de 2022 e Resolução CNSP nº 432 de 2021, e suas alterações). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na faculdade de Hedge das carteiras, estabelecem que não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido.

Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores estão alocados em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos.

Em relação a emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poor's*:

Rating	30.06.2023				Rating	31.12.2022			
	Debêntures	LF	CDB	TOTAL		Debêntures	LF	CDB	TOTAL
AAA	-	8.117	2.163	10.280	AAA	-	2.673	2.101	4.774
AA+	256	1.127	2.136	3.519	AA+	383	-	-	383
AA	-	1.088	4.088	5.176	AA	-	2.070	1.039	3.109
AA-	-	-	-	-	AA-	-	1.051	2.056	3.107
A+	-	-	-	-	A+	-	-	2.142	2.142
A	-	1.091	2.298	3.389	A	-	1.015	-	1.015
A-	-	3.326	1.066	4.392	A-	-	2.139	-	2.139
TOTAL	256	14.749	11.751	26.756	TOTAL	383	8.948	7.338	16.669

Risco de liquidez

Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos financeiros para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros.



O processo de gestão do risco de liquidez é monitorado pela Gerência Financeira através da adequada aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Risco de Liquidez, que estabelece as regras e diretrizes para manter o cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo e o equilíbrio do negócio, evitando a absorção de riscos indesejáveis.

Como forma de mitigar esse risco, a Sociedade mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e previsões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir liquidez diária e suprir as necessidades da Sociedade.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM (*Asset Liability Management*), com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da Sociedade.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Sociedade está exposta:

30.06.2023						
	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer		TOTAL
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	1.897	-	-	-	-	1.897
Aplicações	33.167	-	-	33.683	72.833	139.683
Créditos das Operações de capitalização	-	14.919	96	15.316	-	30.331
Outros créditos operacionais	-	1.439	-	2.540	342	4.321
Títulos e Créditos a Receber	151	-	-	4.177	-	4.328
TOTAL ATIVOS	35.215	16.358	96	55.716	73.175	180.560
Contas a pagar	-	-	-	9.090	-	9.090
Débitos de operações com capitalização	-	-	-	6.781	-	6.781
Depósitos de terceiros	200	-	-	-	-	200
Provisões Técnicas - Capitalização	2.021	5.361	3.678	80.455	-	91.515
Outros Débitos	958	-	-	-	-	958
TOTAL PASSIVOS	3.179	5.361	3.678	96.326	-	108.544

31.12.2022

	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer		TOTAL
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	1.176	-	-	-	-	1.176
Aplicações	41.537	-	-	54.971	46.575	143.083
Créditos das Operações de capitalização	-	25.520	96	14.746	-	40.362
Outros créditos operacionais	-	1.479	-	4.723	258	6.460
Títulos e Créditos a Receber	111	-	-	2.320	-	2.431
TOTAL ATIVOS	42.824	26.999	96	76.760	46.833	193.512
Contas a pagar	-	-	-	13.611	-	13.611
Débitos de operações com capitalização	-	-	-	4.027	-	4.027
Depósitos de terceiros	70	-	-	-	-	70
Provisões Técnicas - Capitalização	1.942	20.565	3.508	84.625	-	110.641
Outros Débitos	877	-	-	-	-	877
TOTAL PASSIVOS	2.889	20.565	3.508	102.263	-	129.226

Gestão dos riscos operacionais

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal.

A gestão dos riscos operacionais está integrada ao processo de gerir riscos corporativos da Sociedade, onde todos os processos fazem parte do escopo da avaliação de riscos realizada pela 1ª linha e são analisados com foco na identificação, avaliação e tratamento dos riscos que possam impactar o alcance dos objetivos dos processos.

Para os riscos de não conformidade com as leis e/ou regulamentos, a Gerência de Riscos e Conformidade realiza o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, o monitoramento e testes de aderência às normas externas e internas com base nos processos organizacionais.

A Sociedade atua na gestão de seus riscos operacionais de forma conservadora, segregando as funções de gestão de riscos e de negócios. Para tal, adota as melhores práticas, entre elas a revisão das políticas, a criação de indicadores e recomendações aos gestores, com o objetivo de prevenir, corrigir e inibir fragilidades, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação.



Gestão dos riscos de subscrição

Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas.

Nos produtos de capitalização, o risco de subscrição inclui, entre outros, a possibilidade de perdas associadas ao pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries abertas que não foram vendidas integralmente, risco de cancelamento, que implica na devolução dos valores pagos pelos subscritores devido aos problemas na comercialização dos títulos, risco das despesas administrativas superarem a esperada inicialmente, risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados e, por fim, o risco de garantir as rentabilidades pré-definidas nos planos de capitalização.

Estes riscos são monitorados pela Sociedade através de políticas de precificação, mapeamento dos títulos, da distribuição de números da sorte, adequação das provisões técnicas e acompanhamento dos resultados de cada série emitida.

A distribuição regional da arrecadação dos títulos de capitalização está demonstrada no quadro a seguir:

	30.06.2023	30.06.2022
Sudeste	275.725	233.114
Centro-Oeste	189.749	225.721
Norte	17.622	18.941
Nordeste	17.430	33.240
Sul	869	179
	501.395	511.195



3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Disponível

Representam cheques emitidos e não compensados e numerário disponível em contas bancárias. Estes ativos apresentam risco insignificante de alteração do valor justo, e são acompanhados na gestão das obrigações de curto prazo e estão representados pela rubrica “Caixa e Bancos”.

3.1.2. Aplicações

A Administração da Sociedade efetua seguinte classificação dos seus ativos financeiros:

I. Valor justo por meio do resultado – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período.

II. Disponíveis para venda – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido.



III. Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período.

IV. Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, com pagamentos determináveis. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.2. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.2.1. Ativos financeiros

A Administração da Sociedade efetua a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.



Com exceção dos ativos relacionados à Créditos das operações e outros créditos operacionais, a Sociedade não possui estudo técnico para os demais ativos e realiza a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência supera 60 dias da data do vencimento do crédito, onde reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente, cujo valor corresponde à totalidade dos valores a receber, independentemente se houver outros valores a vencer do mesmo devedor.

3.2.2. Créditos das operações de capitalização e outros créditos operacionais

A Sociedade realizou estudo técnico de redução ao valor recuperável dos créditos com operações de capitalização e outros créditos operacionais. O estudo técnico parte da premissa de que o atraso no pagamento indica o descumprimento, pelo devedor, do contrato firmado com a Sociedade, e considerando que este descumprimento é considerado pela Sociedade uma evidência objetiva de que o ativo financeiro está sujeito a redução ao valor recuperável, realiza-se a aplicação de percentuais de inadimplência frente a classificação de risco (*rating*) atribuída à(s) parcela(s) vencida(s) do devedor que esteja(m) vencida(s) há mais tempo. O percentual aplicável incide sobre o saldo devedor na sua integralidade (parcelas vencidas e vincendas, e encargos, se houver). A metodologia do estudo é revisada semestralmente ou quando há indicação de alteração nas características do negócio ou dos recebimentos. Para fins de contabilização, a redução ao valor recuperável é reconhecida mensalmente, mediante a aplicação dos procedimentos previstos no estudo técnico.

3.3. Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

3.4. Intangível

Os Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas por reduções ao valor recuperável (*impairment*).



As despesas de desenvolvimento de software são reconhecidas como ativo e incluem os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização é iniciada a partir do momento em que o software desenvolvido estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar nas condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela Administração.

A Sociedade adota o método linear na amortização de seus intangíveis com vida útil de 5 anos considerando a taxa de amortização de 20% a.a.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (no exercício). A contribuição social corrente é calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários possam ser utilizados.

O reconhecimento do imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.6. Provisões técnicas

3.6.1. Provisão matemática para capitalização

A provisão matemática para capitalização deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.

3.6.2. Provisão para resgates

Deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

3.6.2.1. Resgate de títulos vencidos

Deve ser constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído.

3.6.2.2. Resgate antecipado de títulos

Deve ser constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador.

3.6.3. Provisão para sorteios a realizar

A provisão para sorteios a realizar abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deverá ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

3.6.4. Provisão para sorteios a pagar

A provisão para sorteios a pagar deverá ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

3.6.5. Provisão complementar de sorteios

A provisão complementar de sorteios deve representar a melhor estimativa para garantir o pagamento do prêmio de sorteio complementar ao previsto na PSR. Os critérios e cálculos para constituição de seu saldo, devem respeitar as cláusulas contratuais definidas para a realização de sorteios futuros com contemplação obrigatória ou de premiação instantânea.

3.6.6. Provisão de despesas administrativas

A provisão para despesas administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de *run-off*.

3.6.7. Prescrição de títulos

A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil.

3.6.8. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Durante o exercício, as provisões técnicas das Modalidades Incentivo e Filantropia Premiável foram atualizadas com base na TR com taxa de juros de 0,16% ao mês.

3.7. Avaliação de ativos e passivos

Os ativos e passivos são sujeitos à atualização monetária com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.8. Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes: reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas.



Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido.

3.9. Provisões judiciais

Corresponde às provisões realizadas para as ações de natureza cível, relacionadas a pagamentos de sorteios, resgates dos títulos e indenizações por danos morais, que são registradas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais. A classificação do risco de perda das demandas judiciais é realizada com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, levando em conta a natureza das demandas, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o posicionamento atual de cada tribunal em que tramitam, suas complexidades, a similaridade com processos anteriores, jurisprudências atuais, bem como o posicionamento atual dos tribunais superiores sobre cada tema, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e decisões destes Tribunais.

3.10. Classificação no circulante e não circulante

A Sociedade procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

3.10.1. Ativos e passivos sem vencimento

A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação.

Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante.

3.11. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Para o reconhecimento das receitas de capitalização o registro é realizado a partir da data de emissão do produto de Pagamento Único (PU). O reconhecimento das despesas de

provisões técnicas das operações de capitalização é na emissão do título. A própria natureza da operação dos produtos atualmente comercializados é suficiente para comprovar a contabilização das receitas de forma integral e não diferida. Isto porque a maioria dos sorteios ocorrem no primeiro ou segundo mês de vigência, conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, não havendo, portanto, despesas residuais relevantes que justifiquem o diferimento da receita. A receita com prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões de sorteios a pagar e são reconhecidas nos prazos estabelecidos no Código Civil.

3.12. Normativos SUSEP, normas e interpretações contábeis ainda não adotadas em 2022

- CPC 48 (IFRS 9)** – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A SUSEP, em outubro de 2022, converteu as consultas públicas nº 7 e 8 que receberam o referido CPC na Resolução 448/2022 e na Circular 678/2022, respectivamente, ambas com início de vigência para 02 janeiro de 2024.
- CPC 50 (IFRS 17)** – “Contratos de Seguro” – Foi postergada para 1º de janeiro de 2023 a efetiva aplicação da norma com aplicação antecipada permitida desde que o IFRS 9 também seja aplicado. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período

conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC através do CPC 11 – Contratos de Seguros. O normativo será aplicado quando referendado pela SUSEP, e os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração.

3.13. Aplicações dos Normativos SUSEP

- **Resolução CNSP Nº 432/2021** – revogou diversas normas e entre elas a Resolução CNSP Nº 321/2015, e entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, exceto o artigo 146 que entrou em vigor em 01 de dezembro/2021.
- **Circular SUSEP Nº 648/2021** – revogou diversas normas e entre elas a Circular Nº 517/2015 e suas alterações, e entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, exceto os artigos 110 e 118 que entraram em vigor em 19 de novembro/2021 na data da publicação.
- **Circular SUSEP nº 666/2022** - norma pretende a apuração e mitigação dos riscos ambientais, climáticos e sociais. Traz a previsão pela elaboração do estudo de materialidade dos riscos de sustentabilidade a que possam ser expostas, resultante de probabilidade e impacto estimados.

A norma entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 2022, e os prazos para adequação da Política de Sustentabilidade iniciam em 31 de dezembro de 2022 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2023 para as enquadradas no segmento S2 e em 30 de abril de 2023 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4.

Os prazos para adequação da elaboração do estudo de materialidade iniciam em 31 de dezembro de 2023 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2024 para as enquadradas no segmento S2 e se encerram em 30 de abril de 2024 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4.



As datas dispostas correspondem à divulgação do primeiro relatório de sustentabilidade para os referidos segmentos, relativos à data-base de 31 de dezembro do ano anterior.

O Relatório de Sustentabilidade, a supervisionada deverá elaborar e divulgar até o dia 30 de abril de cada exercício. A adequação se iniciará em 30 de junho de 2024 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1 e em 30 de junho de 2025 para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S2, S3 e S4.

4. Aplicações

4.1. Composição das aplicações financeiras

Em 30.06.2023:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado				33.167	33.167	23,74%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	33.167	33.167	23,74%
II- Disponível para venda (*)				77.015	77.015	55,14%
Debênture CDI	1	1,45%	15/06/2024	256	256	0,18%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	13,75% a 14,15%	01/07/2023	5.457	5.457	3,91%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2023	8.966	8.966	6,42%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2024	8.402	8.402	6,01%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	27.222	27.222	19,49%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2025	1.142	1.142	0,82%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2026	20.559	20.559	14,72%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2026	3.567	3.567	2,55%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2027	1.444	1.444	1,03%
III- Mantido até o vencimento (**)				29.501	29.501	21,12%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) PF	1	14,32% a 15%		6.384	6.384	4,57%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) CI	1	CDI+ 0,62% a 113% CDI		5.367	5.367	3,84%
DPGE	1	CDI+ 1,4%		3.000	3.000	2,15%
Letra Financeira PRÉ	1	15,50%		2.297	2.297	1,64%
Letra Financeira CDI	1	CDI+ 1,04% a CDI+ 2%		12.453	12.453	8,91%
				139.683	139.683	100,00%



Em 31.12.2022:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado				41.537	41.537	29,03%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	41.537	41.537	29,03%
II- Disponível para venda (*)				85.255	85.255	59,58%
Debênture CDI	1	CDI + 1,45%	15/06/2024	385	385	0,27%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	11,82% a 13,86%	01/01/2023	26.450	26.450	18,49%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	13,65%	01/04/2023	2.033	2.033	1,42%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	13,75% a 14,15%	01/07/2023	5.123	5.123	3,58%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2023	16.169	16.169	11,30%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2024	17.342	17.342	12,12%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2026	14.408	14.408	10,07%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2026	3.345	3.345	2,34%
III- Mantido até o vencimento (**)				16.291	16.291	11,39%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) PF	1	14,25% a 15%		4.169	4.169	2,91%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) CI	1	CDI+ 0,8% a 113% CDI		3.171	3.171	2,22%
Letra Financeira PRÉ	1	15,50%		2.140	2.140	1,50%
Letra Financeira CDI	1	CDI+ 1,1% a CDI 1,75%		6.811	6.811	4,76%
				143.083	143.083	100,00%

(*) O saldo na curva é de R\$ 77.027 em 30.06.2023 (R\$ 85.280 em 31.12.2022).

(**) Os referidos investimentos estão avaliados na curva.

As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Em 30.06.2023:

	Sem Vencimento	A vencer		Total
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	17.368	53.934	71.302
Fundo de Investimento de Renda Fixa	33.167	-	-	33.167
Letra Financeira CDI	-	-	12.453	12.453
Certificado de Depósito Bancário (CDB) PRÉ	-	6.384	-	6.384
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	5.457	-	5.457
Certificado de Depósito Bancário (CDB) CDI	-	4.218	1.149	5.367
DPGE	-	-	3.000	3.000
Letra Financeira PRÉ	-	-	2.297	2.297
Debênture CDI	-	256	-	256
	33.167	33.683	72.833	139.683



Em 31.12.2022:

	Sem Vencimento	A vencer		Total
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	16.169	35.095	51.264
Fundo de Investimento de Renda Fixa	41.537	-	-	41.537
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	33.606	-	33.606
Letra Financeira CDI	-	-	6.811	6.811
Certificado de Depósito Bancário (CDB) PRÉ	-	3.095	1.074	4.169
Certificado de Depósito Bancário (CDB) CDI	-	2.101	1.070	3.171
Letra Financeira PRÉ	-	-	2.140	2.140
Debênture CDI	-	-	385	385
	41.537	54.971	46.575	143.083

4.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldos em 31.12.2021	88.465	42.503	8.257	139.225
Aplicação	397.640	65.652	15.178	478.470
Resgate	(452.219)	(30.193)	(8.185)	(490.597)
Rendimentos	7.651	7.101	1.041	15.793
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	192	-	192
Saldos em 31.12.2022	41.537	85.255	16.291	143.083
Aplicação	161.865	62.179	17.081	241.125
Resgate	(172.900)	(74.632)	(5.258)	(252.790)
Rendimentos	2.665	4.200	1.387	8.252
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	13	-	13
Saldos em 30.06.2023	33.167	77.015	29.501	139.683

4.3. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30.06.2023	31.12.2022
Renda fixa	139.682	143.082
Total dos ativos oferecidos em cobertura	139.682	143.082

A Sociedade possui excesso de cobertura no montante de R\$ 48.168 (R\$ 32.443 em 31.12.2022).



5. Créditos das operações de capitalização

A composição dos créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento, está distribuído da seguinte forma:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
A vencer entre 1 e 30 dias	15.316	14.746
Vencidos entre 1 e 30 dias	12.006	24.812
Vencidos entre 31 e 60 dias	69	708
Vencidos entre 61 e 120 dias	119	-
Superior a 121 dias	2.821	96
	<u>30.331</u>	<u>40.362</u>
Redução ao valor recuperável ^(a)	(2.137)	(322)
	<u>28.194</u>	<u>40.040</u>

(a) Constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa nº 3.2.2

A movimentação dos créditos das operações de capitalização está demonstrada a seguir:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo inicial	40.362	30.434
Emissões	501.395	1.071.576
Recebimentos	(511.426)	(1.061.648)
Saldo final	30.331	40.362



6. Outros créditos operacionais

Refere-se a realização de Instrumentos Particulares de Confissão de Dívidas conforme demonstrado abaixo:

Data da Confissão de Dívida	Aditivo Contratual	Valor Total	Forma de Pagamento	Quantidade de parcelas	Saldo em 30.06.2023	RVR (*)	Saldo em 30.06.2023	Saldo em 31.12.2022
29/04/2022	-	477	Mensal	16	50	-	50	201
10/10/2022	-	3.423	Mensal	22	1.211	(121)	1.090	2.650
10/10/2022	-	5.429	Mensal	22	2.091	(1.464)	627	3.008
25/07/2022	Sim	484	Mensal	18	481	(144)	337	477
11/04/2023	-	888	Mensal	37	488	(3)	485	-
					4.321	(1.732)	2.589	6.336
Circulante					3.979	(1.629)	2.350	6.083
Não circulante					342	(103)	239	253
					4.321	(1.732)	2.589	6.336

(*) RVR - Redução ao Valor Recuperável constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa nº 3.2.2



7. Títulos e créditos a receber

7.1. Créditos tributários e previdenciários

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Circulante:</u>		
Imposto de renda a compensar	64	61
Outros créditos tributários previdenciários	64	64
Redução ao valor recuperável	<u>(64)</u>	<u>(64)</u>
Total do circulante	<u>64</u>	<u>61</u>
	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Não Circulante:</u>		
Imposto de renda diferido – ajustes temporais	2.420	1.249
Contribuição social diferido – ajustes temporais	1.527	969
Imposto de renda diferido TVM – ajustes temporais	3	7
Contribuição social diferido TVM – ajustes temporais	3	4
Outros créditos tributários e previdenciários	43	43
Redução ao valor recuperável	<u>(43)</u>	<u>(43)</u>
Total do não circulante	<u>3.953</u>	<u>2.229</u>

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Imposto de renda / contribuição social		
Despesas operacionais	4.491	3.243
Gratificações por desempenho (**)	753	1.780
Contingências cíveis	923	871
Participações nos lucros (*)	250	320
Contingências trabalhistas	36	6
Redução ao valor recuperável de operações de capitalização	3.870	449
Outras reduções ao valor recuperável	<u>108</u>	<u>108</u>
Total das diferenças temporárias	<u>10.431</u>	<u>6.777</u>
Alíquota aplicada IRPJ – 25%	2.420	1.249
Alíquota aplicada CSLL – 15%	1.527	969

(*) Não aplicável para CSLL

(**) Não aplicável para IRPJ



A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos.

A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Período	Projetado - 30.06.2023			Projetado - 31.12.2022		
	Créditos Tributários	IR Diferido	%	Créditos Tributários	CSLL Diferida	%
2023	8.471	2.118	87,52%	8.471	1.271	83,24%
2024	250	63	2,60%	753	113	7,40%
2025	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-	-
2028-2030	-	-	-	-	-	-
2031-2032	957	239	9,88%	957	143	9,36%
	9.678	2.420	100%	10.181	1.527	100%

Período	Projetado - 30.06.2023			Projetado - 31.12.2022		
	Créditos Tributários	IR Diferido	%	Créditos Tributários	CSLL Diferida	%
2023	4.120	1.030	82,47%	5.580	837	86,38%
2024	-	-	-	-	-	-
2025	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-	-
2028-2030	-	-	-	-	-	-
2031-2032	877	219	17,53%	877	132	13,62%
	4.997	1.249	100%	6.457	969	100%

7.2. Depósitos judiciais e fiscais e outros créditos (circulante e não circulante)

	30.06.2023	31.12.2022
Adiantamentos a funcionários	88	26
Depósitos judiciais	44	5
Adiantamentos administrativos	43	-
Outros créditos a receber	28	2
Redução ao Valor Recuperável	(3)	(3)
	200	30



Os depósitos judiciais possuem a seguinte movimentação:

	<u>Saldo em 31.12.2022</u>	<u>Novos Depósitos</u>	<u>Baixas por Perda / Êxito</u>	<u>Saldo em 30.06.2023</u>
Trabalhistas	5	44	(5)	44
Total	5	44	(5)	44

8. Imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo em 31.12.2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 30.06.2023</u>
Equipamentos	10% a.a.	17	9	26
		17	9	26
Depreciação acumulada		(6)	(3)	(9)
		11	6	17

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo em 31.12.2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31.12.2022</u>
Equipamentos	10% a.a.	5	12	17
		5	12	17
Depreciação acumulada		(3)	(3)	(6)
		2	9	11

9. Intangível

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Saldo em 31.12.2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 30.06.2023</u>
Sistema de computação em uso	20% a.a.	1.878	-	1.878
Software	20% a.a.	1	-	1
		1.879	-	1.879
Amortização acumulada		(652)	(187)	(839)
		1.227	(187)	1.040

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Saldo em 31.12.2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31.12.2022</u>
Sistema de computação em uso	20% a.a.	1.878	-	1.878
Software	20% a.a.	1	-	1
		1.879	-	1.879
Amortização acumulada		(276)	(376)	(652)
		1.603	(376)	1.227



10. Obrigações a pagar

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Dividendos e JCP ^(*) a pagar	1.129	5.313
Pagamentos a efetuar	926	1.936
Fornecedores	385	304
Participação nos lucros	250	320
Outras obrigações a pagar	48	47
	<u>2.738</u>	<u>7.920</u>

(*) Juros sobre capital próprio

11. Impostos e encargos sociais a recolher e encargos trabalhistas

Impostos e encargos sociais a recolher	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Imposto de renda retido na fonte	2.846	3.391
Contribuições previdenciárias e FGTS	119	117
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP ^(*)	56	44
ISS retido	7	7
Outros impostos e encargos sociais	20	16
	<u>3.048</u>	<u>3.575</u>

(*) Juros sobre capital próprio

Encargos trabalhistas	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Provisão de férias	343	287
Encargos sociais	148	99
13º Salário	82	-
	<u>573</u>	<u>386</u>



12. Impostos e contribuições

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Imposto de renda	1.160	469
COFINS	754	789
Contribuição social	693	345
PIS	124	127
	<u>2.731</u>	<u>1.730</u>

13. Débitos operacionais

	<u>31.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Distribuidor de títulos de capitalização	4.818	3.244
Publicidade de vendas	1.272	-
Impressos e materiais de vendas	344	483
Auditoria com sorteios	85	117
Outros	262	183
	<u>6.781</u>	<u>4.027</u>

14. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, pelo recebimento antecipado de arrecadação com títulos de capitalização. Estão distribuídos conforme demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
De 01 a 30 dias	198	36
De 31 a 60 dias	-	34
De 91 a 120 dias	1	-
De 121 a 365 dias	1	-
	<u>200</u>	<u>70</u>



15. Provisões técnicas

Abaixo apresentamos as movimentações das provisões técnicas:

	PMC	PDA	PRA	PSP	PSR	PCS	TOTAL
Saldos em 31.12.2021	80.818	1.396	10.887	10.921	1.760	1.851	107.633
Constituição	476.611	20.375	478.670	371.587	157.264	213.563	1.718.070
Reversão /Baixa	(478.670)	(19.830)	(481.293)	(366.845)	(157.387)	(214.014)	(1.718.039)
Juros + correção monetária	2.816	-	1	147	9	4	2.977
Saldos em 31.12.2022	81.575	1.941	8.265	15.810	1.646	1.404	110.641
Constituição	222.881	12.008	231.071	166.512	74.383	94.663	801.518
Reversão /Baixa	(231.066)	(11.928)	(239.129)	(173.577)	(73.544)	(92.988)	(822.232)
Juros + correção monetária	1.497	-	-	87	4	-	1.588
Saldos em 30.06.2022	74.887	2.021	207	8.832	2.489	3.079	91.515

16. Outros débitos

A rubrica “Outros Débitos” está composta conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2023	31.12.2022
Provisões cíveis	922	871
Provisões trabalhistas	36	6
	958	877

Abaixo apresentamos a movimentação das provisões de contingências:

	31.12.2022	Novas provisões/incremento	Pagamento	Reversões	Atualização	30.06.2023
Cíveis	871	-	(2)	(6)	59	922
Trabalhistas	6	34	-	(6)	2	36
Total	877	34	(2)	(12)	61	958

Segundo os advogados da Sociedade, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma:

• Cíveis

Possibilidade de perda	Cíveis					
	30.06.2023			31.12.2022		
	Quantidade	Estimado	Contabilizado	Quantidade	Estimado	Contabilizado
Provável	4	922	922	8	871	871
Possível	9	1.980	-	8	1.971	-
Total	13	2.902	922	16	2.842	871

O montante provisionado de R\$ 922 (R\$ 871 em 31.12.2022), corresponde as ações em que os autores requerem o pagamento de sorteios, o resgate dos títulos emitidos e indenizações por dano moral. Os processos com possibilidade de perda provável versam sobre demandas onde a Sociedade, avaliando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que as possibilidades de vitória são remotas.

• Trabalhistas

Possibilidade de perda	Trabalhistas					
	30.06.2023			31.12.2022		
	Quantidade	Estimado	Contabilizado	Quantidade	Estimado	Contabilizado
Provável	1	36	36	1	6	6
Possível	-	-	-	1	51	-
Total	1	36	36	2	57	6

O montante provisionado de R\$ 36 (R\$ 6 em 31.12.2022), corresponde a contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que retratam pleitos de reconhecimento de vínculo empregatício e declaração de responsabilidade subsidiária, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamações.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O Capital Social da Capitalização é de R\$ 36.759 (R\$ 36.759 em 31.12.2022), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 27.610.000 (27.610.000 em 31.12.2022) ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto: 27.490.000 (27.490.000 em 31.12.2022) ações para a acionista controladora, Capemisa Seguradora de Vida e



Previdência S/A, e 120.000 (120.000 em 31.12.2022) ações para a acionista Capemisa Holding S/A.

17.2. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a reserva de investimento e capital de giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no ativo permanente e acréscimo do capital de giro da sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos.

17.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Sociedade, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço e a distribuição de lucros aos acionistas à título de juros sobre capital próprio, que serão computados aos dividendos anuais.

18. Patrimônio líquido ajustado – PLA

Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações:



	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2023</u>
Patrimônio líquido:	69.200	65.093
I- PLA nível 1	64.101	61.511
Ajustes contábeis	(3.049)	(1.353)
Despesas antecipadas	(107)	(126)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(1.902)	-
Ativos intangíveis	(1.040)	(1.227)
II- PLA nível 2	422	436
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	422	436
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	422	436
III- PLA nível 3	2.050	2.229
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	2.050	2.229
Patrimônio líquido ajustado	66.573	64.176

19. Adequação de capital

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2023</u>
Capital base (a)	10.800	10.800
Capital de risco (b)	13.669	15.514
CR subscrição (i)	7.657	7.660
CR crédito (ii)	4.165	5.989
CR operacional (iii)	3.154	3.580
CR mercado (iv)	424	281
Patrimônio líquido ajustado	66.573	64.176
Capital mínimo requerido (v) - CMR Maior entre (a) e (b)	13.669	15.514
Suficiência de capital - R\$	52.904	48.662

(a) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo;

(b) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação.

(i) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.



(ii) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iii) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iv) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(v) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e das resseguradoras locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

20. Detalhamento das contas de resultado

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
a - Custo de Aquisição	(91.473)	(90.138)
Distribuição de título de capitalização	(77.288)	(75.266)
Impressos e materiais de vendas	(9.465)	(10.615)
Preposto e Auditoria com sorteios	(1.608)	(1.994)
Publicidade de vendas	(1.272)	-
Vigilância	(931)	(310)
Outros custos de aquisição	(909)	(1.953)



	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
b - Outras receitas e despesas operacionais	(3.805)	(540)
Outras receitas operacionais	551	92
Prescrição de títulos de capitalização	548	92
Outras receitas com títulos de capitalização	3	-
Outras despesas operacionais	(4.356)	(632)
Consultorias	(919)	(790)
Constituição/Reversão de redução ao valor recuperável	(3.423)	223
Outras despesas com títulos de capitalização	(14)	(65)
	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
c - Despesas com pessoal próprio	(4.716)	(5.516)
Administração e empregados	(2.928)	(3.776)
Encargos sociais	(840)	(1.010)
Assistência social	(795)	(574)
Outras despesas com pessoal	(153)	(156)
	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
d - Despesas com serviços de terceiros	(1.566)	(1.118)
Manutenção de software	(1.133)	(915)
Outros	(433)	(203)
	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
e - Despesas com localização e funcionamento	(485)	(506)
Amortização/Depreciação	(190)	(189)
Malotes	(94)	(119)
Viagens	(59)	(53)
Outros	(142)	(145)



	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
f - Despesas com tributos	(5.314)	(5.202)
PIS e COFINS sobre operações de capitalização	(5.113)	(5.034)
Taxa de fiscalização	(167)	(167)
Outros	(34)	(1)
	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
g - Resultado Financeiro	7.106	5.878
Receitas financeiras	8.862	7.242
Renda fixa	8.252	6.923
Outras receitas financeiras	610	319
Despesas financeiras	(1.756)	(1.364)
Provisões técnicas de capitalização	(1.588)	(1.185)
Provisões cíveis e trabalhistas	(61)	(90)
Outras despesas financeiras	(107)	(89)



21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	30.06.2023		30.06.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL	8.688	8.688	10.389	10.389
Adições/exclusões permanentes e temporárias	1.381	1.450	605	(608)
Lucro real	10.069	10.138	10.994	9.781
Alíquota nominal (*)	25%	15%	25%	15%
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	2.505	1.521	2.737	1.467
Incentivos fiscais (**)	(22)	-	(17)	-
Impostos devidos	2.483	1.521	2.720	1.467
Impostos apresentados na demonstração do resultado	(1.313)	(962)	(2.691)	(1.332)
Imposto corrente	(2.483)	(1.521)	(2.720)	(1.467)
Imposto diferido	1.170	559	29	135
Alíquota efetiva	15,11%	11,07%	25,90%	12,82%

(*) No caso do IRPJ, além dos 15% sobre a base tributável, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês).

(**) Dentre os incentivos fiscais disponibilizados pelo governo, a Capemisa Capitalização aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) instituído pela Lei nº 6.321/1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5/1991



22. Transações com partes relacionadas

A Sociedade possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Passivo		Receitas		Despesas	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A (i) (ii) (iii) (iv)	1.703	5.819	1.905	1.625	2.217	1.867
Capemisa Instituto de Ação Social (iv)	-	21	-	-	-	-
Capemisa Holding S.A. (iv)	5	4	-	-	-	-
Remunerações do pessoal-chave da Administração (v)	-	-	-	-	2.526	2.024

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (i) Venda de títulos de capitalização modalidade incentivo. O objetivo é ofertar aos clientes da Capemisa Seguradora um ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Capemisa Seguradora.
- (ii) Reembolso de custos administrativos referente ao rateio de despesas comuns entre a Capemisa Capitalização e Capemisa Seguradora. Os custos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Rateio de Custos e Despesas.
- (iii) Compra de seguros de vida em grupo da Capemisa Seguradora, com o objetivo de dar cobertura de vida para os colaboradores da Capemisa Capitalização.
- (iv) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP).
- (v) Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo.



23. Outras Informações

23.1. Seguros

Em 30 de junho de 2023, a Sociedade mantém apólices de seguros D&O com vigência de 12 meses.

DocuSigned by:

 C668E8B5EF9F4B5...
Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho
 Diretor – Presidente

DocuSigned by:

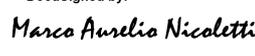
 4666B265E30B47C...
Marcio Augusto Leone Koenigsdorf
 Diretor

DocuSigned by:

 649B917C617C427...
Patricia Fernandes Nepomuceno Pinto
 Diretor

DocuSigned by:

 D5FEFBD8CA7342F...
Robson Lyra de Castro Silva
 Diretor

DocuSigned by:

 8680DA6F281142A...
Marco Aurelio Nicoletti
 Diretor

DocuSigned by:

 B9096194E463413...
Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes
 Contador – CRC – RJ 93.879/O-2

DocuSigned by:

 A45CABDDA9C94DF...
Anna Paula Nardi de Almeida
 Atuário – MIBA Nº 660